

13/06/2014 - Medidas para combater a crise de abastecimento de água são apenas emergenciais

O anúncio do governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin de que 2,1 milhões de pessoas deixarão de ser abastecidas com as águas do Sistema Cantareira, até setembro, para serem atendidas por outros sistemas de abastecimento como o Guarapiranga e Alto Tietê e a proposta de utilização das águas do Rio Paraíba do Sul, que abastece a capital fluminense, são, segundo avaliação do doutor em engenharia de recursos hídricos, Marco Antonio Palermo*, medidas emergenciais que visam enfrentar um problema de natureza estrutural. O especialista diz que a utilização das águas do Sistema Guarapiranga e Alto Tietê irão causar depleção em outros sistemas produtores - que possuem maiores reservas - utilizados para o abastecimento de outras regiões da Região Metropolitana de São Paulo. Com relação a proposta de utilização das águas do Rio Paraíba do Sul, ele explica que embora seja uma medida “possível e razoável” trata-se de outra “alternativa operacional de contingência protelatória” e que a questão fundamental que é de natureza estrutural ainda continua em segundo plano.

Marco Palermo defende que é necessária que as ações devem ser compatíveis com a magnitude do problema e lembra que a crise sanitária dos anos 60, em que a falta d’água e esgoto a céu aberto chegaram a níveis inaceitáveis, resultou numa profunda transformação envolvendo uma reformulação institucional, extinguindo-se e fundindo-se empresas concessionárias que culminou com a criação da Sabesp. “Associou-se a esta reformulação na gestão do saneamento a elaboração e a implementação de um plano e obras do qual um dos principais resultantes foi o Sistema Cantareira”, lembra.

“Já tivemos tempo suficiente, a par das medidas contingenciais, de submeter à consulta pública uma série de alternativas consistentes e bem fundamentadas para suprir o déficit hídrico que cresce a cada dia. É isso que imagino ser a expectativa de todos, sairmos da atuação de cunho secundário, temporário e transitório para as ações de longo prazo e que tragam segurança hídrica para um largo horizonte.”, finaliza.

*MARCO ANTONIO PALERMO é Doutor em Engenharia de Recursos Hídricos, Engenheiro Hidrólogo pelo IHE/Delft, Holanda, foi diretor técnico e financeiro da Agência da Bacia do Alto Tietê e vice-presidente do Comitê da Bacia do Alto Tietê. É membro da Associação Brasileira de Recursos Hídricos e preside o Instituto Pró-Ambiente e a empresa Altamisa Engenharia.

AZ | Brasil Assessoria & Comunicação